



Ailton Reis diz à CPI que lista foi feita sem consulta à empresa ou aos parlamentares citados

Diretor de construtora não convence a Comissão

O primeiro depoimento de um representante de empreiteira na CPI do Orçamento, o do diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Manoel Ailton Reis, só serviu para reforçar as suspeitas de que existe um conluio entre parlamentares, o Poder Executivo e as empreiteiras para manipular as verbas públicas no Orçamento Geral da União. Num longo depoimento, Ailton Reis não conseguiu explicar ou negar os indícios de envolvimento de parlamentares num esquema de propinas, preferindo justificar os percentuais que acompanham os nomes de parlamentares nas listas apreendidas pela CPI a uma intenção antecipada de distribuir US\$ 12 milhões em ajuda para as campanhas eleitorais do ano que vem.

“Depois de ouvir a maioria de suas respostas, posso dizer: o senhor não me convenceu. Veio aqui cumprir uma missão com muita coragem, que foi isentar os parlamentares e a organização” —, disse o relator-geral, Roberto Magalhães (PFL-PE), demonstrando sua convicção de que existe uma relação incestuosa entre empreiteiras, parlamentares e o Executivo.

Pedindo desculpas aos parlamentares que aparecem nas listas e serão investigados, Reis assumiu toda a responsabilidade perante a CPI, garantindo que foi uma relação elaborada de forma unilateral, sem consulta à direção da empresa ou aos futuros beneficiados.

No caso do deputado Miguel Arraes (PSB-PE), que aparece como autor de um pedido de ajuda de US\$ 30 mil, ele foi mais enfático.

“Duas mil desculpas ao deputado Miguel Arraes. Foi só o desejo de um funcionário da empresa em Recife, mas quando chegou a mim, eu engavetei” —, explicou.

Contradições — Apesar de ter chegado à CPI com um batalhão de assessores, liderados pelo advogado José Carlos Dias, Ailton Reis acabou caindo em muitas contradições ao tentar explicar o conteúdo dos documentos encontrados em sua casa. Sua primeira versão, de que seria o único autor da lista de eventuais favorecidos nas campanhas, acabou sendo derrubada pelo deputado Luís Salomão (PDT-RJ). Ele mostrou que, nas listas manus-

critas, com nomes, obras e percentuais, aparecem pelo menos três caligrafias diferentes. Reis tentou convencer os membros da CPI argumentando que as listas teriam sido passadas a limpo, sem sucesso.

Diante de uma pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre uma reunião envolvendo um grupo de empreiteiras onde teria sido firmado um acordo para controlar licitações públicas, Ailton Reis garantiu que foi para discutir o projeto de concessões públicas em tramitação no Congresso Nacional, com vistas à administração da ponte Rio-Niterói. Segundo ele, a reunião havia sido convocada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Mas foi desmentido pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que afirmou ter recebido um telefonema do atual presidente da CBIC, Marcos Santana, garantindo nunca ter havido esta reunião.

“Além disso o deputado Luís Roberto Ponte, ex-presidente do órgão, garante que essa reunião já mais aconteceu” —, disse Mercadante, deixando Ailton Reis sem resposta.